

I

UM SÉCULO DE DESCONSTRUÇÃO

O “crepúsculo dos ídolos” e o fim dos grandes objetivos

Como nenhum outro anteriormente, o século XX foi, antes de tudo, o das vanguardas, cujo principal mote foi o de *desconstruir* os enquadramentos tradicionais dos valores “burgueses” da estética e do racionalismo clássicos: vontade de acabar com a tonalidade na música, a perspectiva na pintura, a coerência da narrativa e a psicologia dos personagens no romance, mas, igualmente, a invenção da “vida boêmia” e das filosofias da desconfiança que, com Marx, Nietzsche e Freud — acrescentaria Darwin a essa lista canônica —, libertaram as dimensões do inconsciente, dos afetos, do corpo, da animalidade em nós, da sexualidade, ou seja, de uma esfera da *intimidade* até então negligenciada ou recalcada pela cultura “acadêmica”. No decorrer dessas revoluções permanentes, os ideais metafísicos, éticos, religiosos e, enfim, políticos foram, sucessivamente, desarticulados. Assim como as estátuas monumentais dos ditadores destituídos, que nas imagens de telejornais vemos sendo derrubadas, os valores do Iluminismo e da República foram demolidos ou bem sacudidos. Mesmo que alguns tenham permanecido no lugar, na verdade mantidos à força, nenhum escapou inteiramente

dos assaltos do pensamento crítico que, no melhor dos casos, os fragilizou.

Desses traços fundamentais da cultura contemporânea, porém, nossos políticos, em geral, não querem ouvir falar. Quanto ao essencial, do ponto de vista intelectual e moral, eles continuam vivendo nos séculos passados: republicanos liberais ou socialistas, extremistas de direita ou de esquerda, todos tomam emprestadas de épocas anteriores suas visões de mundo, como se, em suas reflexões e programas, tais aventuras da desconstrução pudessem, simplesmente, ser descartadas. Na direita, continua-se a descobrir e redescobrir, com encanto, Tocqueville, e na esquerda, há um tremor perante a ousadia de se assumir “social-democrata” e colocar, com um século de atraso, suas pantufas, para seguir os passos de Eduard Bernstein ou de Jean Jaurès... Os mais intrépidos tiram da sacola o bom e velho Trotski ou os caros pensadores contra-revolucionários, como se os avatares do leninismo e do nazismo não tivessem modificado a paisagem.

No entanto, a desconstrução — esse é o primeiro fio condutor desse livro — acompanhou e libertou *dois fenômenos inéditos*, literalmente cruciais, dos quais toda política, atualmente, terá que partir para ter ou voltar a ter sentido: de um lado, a *desapropriação democrática* que a globalização nos impôs e cuja natureza examinarei no próximo capítulo; de outro, *o advento de uma vida privada*, que mostrou — veremos adiante — como a história da família moderna e do casamento por amor levou a uma sacralização jamais ocorrida nos séculos passados.

A reboque de um gigantesco paradoxo, as vanguardas de fato prepararam, sem saber e sem querer (a “contracultura” foi, por natureza, hostil ao “mundo burguês”), o advento da globalização liberal. Esta última precisava, para desabrochar

plenamente, sem complexos nem bloqueios supérfluos, que se destruíssem, até a raiz, as tradições e os ideais transcendentais que freavam o “movimento” — o que as diversas facetas da desconstrução fizeram de bom grado. A globalização é a *mobilização geral*, a *mobilidade* absoluta introduzida pela competição universal e pelas necessidades vitais da comparação permanente com o vizinho ou, como se diz, do benchmarking generalizado entre as empresas, os povos, as universidades, as culturas, os laboratórios científicos... Mas é também, como reverso da medalha, a era da mercadização do mundo, do hiperconsumo que nada deixa subsistir fora da lógica do mercado. Para chegar à vitória final, o liberalismo globalizado precisa obter, por todos os meios, a *liquidação* das antigas e tolhidas figuras do “sentido transcendente” para que tudo se torne *fluido, imanente* às exigências do consumo. Isso está feito, ou falta muito pouco. Enfim livres das diversas “inchações metafísicas”, morais e religiosas que serviam, até bem pouco tempo ainda, para dar alguma significação às nossas vidas, nós consumimos de tudo: objetos materiais, é claro, mas também cultura, escola, espiritualidade, religião, política, nem que seja sob a forma de espetáculo televisivo, que levam a suputações, apostas, conjecturas, afinal, bem divertidas. Nada mais parece transcender uma lógica de mercado que tende a tornar os valores mais altos radicalmente imanentes a seu próprio funcionamento.

No entanto, para além desse processo global que parece tudo absorver em si, novas figuras da transcendência e do sentido estão em vias de se reconstituir em um outro terreno, o da intimidade, sem que tenhamos suficiente consciência disso para que nossos políticos, por definição orientados para a “coisa pública”, se dêem realmente conta. Pois foram também as forças da vida privada — é o segundo fenômeno maior a que aludi — que as múltiplas facetas da desconstru-

ção acabaram de emancipar, como nunca antes na história da humanidade. Não estamos vivendo apenas o advento da globalização liberal, mas também o da família moderna, fundada no amor e na consagração da pessoa. *Libertando dimensões até há pouco tempo ainda ausentes ou desprestigiadas nas principais produções da alta cultura — o sexo, os afetos, o irracional, o absurdo, o impulsivo, o incoerente, o violento... —, a desconstrução em todas as direções deu a esse culto do íntimo, que é outra faceta do liberalismo, seu certificado de nobreza.*

Podem-se sempre levantar questões sobre o paradoxo de uma “contracultura” que engendra, em um processo que se pode dizer perfeitamente “dialético”, o contrário daquilo que visava, uma crítica social contribuindo incansavelmente para reforçar os poderes que pretendia aniquilar. O essencial é o resultado: querendo-se ou não, vivemos hoje na era da globalização e da consagração da vida privada.

É o que se deve tentar compreender, se quisermos construir ou reconstruir uma política digna desse nome, uma política que não seja inteiramente reduzida, tanto à direita como à esquerda, apenas ao pragmatismo. Nenhum mal-entendido: a *inadaptação* ao mundo de modo algum é um ideal ou uma meta final, e ninguém, exceto alguns revolucionários sofrendo de senilidade precoce, pode seriamente defendê-la. Com isso, é um erro acreditar que a lógica da “colaboração” com o real esgote os campos das possibilidades. É preciso, às vezes, resistir, proteger certos valores, até mesmo certas tradições que valham a pena, bem como, também, ser capaz de perceber o novo sob o antigo. Mas torna-se necessário, para isso, dimensionar os efeitos de um século de desconstrução sobre a erosão dos valores tradicionais e também sobre a liberação de novos princípios de sentidos. Evoquei, no caminho, certos aspectos corrosivos da história das vanguardas a respeito da tonalidade ou da imagem

Um século de desconstrução

figurativa. Mas o mesmo ocorre no espaço da ética. Nietzsche, o grande desconstrutor, o crítico mor, certamente, dos ideais tradicionais sob todas as suas formas — religiosas, morais, políticas ou outras — pode ser comparado a Schönberg, a Picasso ou a Joyce. Como eles, fez tábula rasa de um passado que, no entanto, ele não parou de explorar. Como eles, tentou inovar de maneira propriamente inaudita — aliás, com um sucesso, às vezes, impressionante. Ele manejou o martelo, não somente contra o cristianismo, mas contra todos os ídolos da nascente laicidade republicana. Direitos Humanos, Liberalismo, Democracia, Humanismo, Iluminismo, Civilização, Progresso Científico, Proletariado, Socialismo, Anarquismo: todas essas grandes expressões explodiram sob as suas marretadas. Nada, ou muito pouco, ficou de pé.

Por isso sugiro ao leitor, mesmo a princípio pouco inclinado a se apaixonar pela história das idéias filosóficas, que me siga, por um instante, nesse campo: é útil, às vezes, ou até indispensável, fazer um desvio pelo pensamento para se compreender a história do tempo presente. No caso, como vamos ver, a crítica do que Nietzsche denominou “ídolos”, quer dizer, todos os ideais passados, presentes e futuros, esclarece como nenhuma outra a situação de desencanto em que vivemos hoje, em grande parte, e que precisaremos um dia ultrapassar, se quisermos reconstruir um projeto político digno desse nome.

A crítica nietzschiana dos valores como modelo de todas as desconstruções, ou como a contracultura preparou a vitória da globalização liberal

A primeira filosofia a literalmente aniquilar a noção de ideal enquanto tal e, então, preparar, sem querer, os espíritos

para o advento dos principais efeitos intelectuais e morais da globalização foi a “genealogia” nietzschiana.* Ela formou a matriz final de todas as vanguardas, de todas as filosofias da desconfiança, que teriam como principal tarefa a explosão em pedaços da dupla ilusão do sentido e da transcendência. Mesmo sem retomar aqui a análise dos dispositivos mais sofisticados dessa bela máquina de guerra contra as normas e os “valores superiores”,** é realmente necessário perceber sua trama fundamental para o esclarecimento da época atual. Essa trama reside na crítica daquilo que Nietzsche designa sob o nome de “niilismo”. E tal crítica, como veremos, independente até dos seus incomparáveis efeitos de inteligibilidade, em si mesma é realmente apaixonante.

Começemos descartando um mal-entendido freqüente, determinado pelo fato de existirem duas definições contraditórias do niilismo.*** No sentido mais corrente, o termo em geral designa alguém sem convicções, sem ideal nem crença alguma, incapaz de defender qualquer valor e que, por isso,

* Essa leitura dos efeitos objetivos do pensamento nietzschiano, aliás, está em perfeita harmonia com a que propôs Heidegger, quando viu na teoria nietzschiana da vontade de poder a expressão última da técnica, ela própria definida como “vontade de vontade”, como vontade que quer a si mesma, quer dizer, como vontade de domínio pelo domínio, independente de qualquer finalidade externa.

** Em *Aprender a Viver*, de Nietzsche, uma apresentação completa e, aliás, não crítica, para que o leitor pudesse tirar sua própria opinião.

*** Lembremos ainda que a palavra originalmente tem, quando pela primeira vez forjada por Jacobi, no final do século XVIII, o primeiro e maior crítico de Kant, ainda uma terceira significação: designa o fato de que, pelo menos segundo Jacobi, um dos pais fundadores do romantismo filosófico, a filosofia não chega nunca a captar a existência real, a “coisa em si”, em suas malhas e, por isso, seus conceitos nada são. Seria preciso, então, apelar para o que Jacobi chamava “intuição” ou “crença” para captar a verdadeira vida.

cai no cinismo. Pode-se pensar, por exemplo, no movimento punk e em seu famoso *no future*. Para Nietzsche, que fez da crítica do niilismo o centro de todo o seu pensamento, o termo significava exatamente o contrário: o niilista, segundo Nietzsche, era tudo, exceto um homem sem ideal. Pelo contrário, era alguém repleto de “fortes convicções”, de “princípios superiores”, altamente “morais e transcendentais”. O niilista de Nietzsche é fundamentalmente, no sentido amplo e até mesmo leigo, um crente, alguém que tem fé em ideais, quaisquer que sejam, pouco importando quais: religiosos, metafísicos ou ateus, humanistas ou materialistas.

Por que, nessas condições, empregar esse termo para designar tal indivíduo, uma vez que a palavra parece, pela própria etimologia, remeter a uma espécie de culto do “vazio”, de adoração do “nada”? Simplesmente porque, aos olhos de Nietzsche, os ideais, todos os ideais — aqueles “ídolos” cujo crepúsculo ele anunciara — trazem de volta a estrutura metafísico-religiosa mais fundamental possível: a do além em oposição ao cá embaixo, o ideal distante do real. Nessa estrutura teológica essencial, no entanto, usa-se, justamente, o “mundo inteligível” (ou o paraíso), dito superior (transcendente), para negar o “mundo sensível” — utiliza-se o ideal, então, para depreciar e, com isso, aniquilar o real (o imanente à terra, mais do que ao céu). Isso significa que os ideais metafísicos, religiosos ou até leigos, segundo Nietzsche, foram inventados pelos humanos apenas para dar um sentido à vida por contraste com o real, como consolo para o seu rigor e, conseqüentemente, sob muitos aspectos, para recusá-la como tal, quer dizer, para condená-la e, finalmente, negá-la. A vida cá embaixo nada vale, eis a linguagem básica do idealista, isto é — podemos, então, compreender em que sentido —, do niilista, já que para ele é no além que tudo o que se pode esperar de bom vai acontecer:

e essa, como se sabe, é a promessa das grandes religiões (pelo menos em suas versões populares).

Vê-se então em que medida o republicano ateu, democrata, anarquista ou socialista, pouco importa, traz de volta, tanto quanto o crente propriamente dito, e sem se dar conta, a estrutura comum a todo pensamento niilista: ele também pede que se dê sentido à vida relacionando-a a um ideal futuro, a morrer pela pátria, pela revolução proletária, pelo advento de uma “sociedade melhor”, sem classes e sem exploração, sem Estado etc. E é aí que o materialismo, aos olhos de Nietzsche, no mais das vezes não passa de um idealismo disfarçado, uma religião de salvação terrestre, é verdade, mas, ainda assim, uma religião. Como a teologia que o ateu pretende desconstruir, vendo nela um novo “ópio do povo”, sua teoria se baseia, apesar de tudo, em ideais que transcendem a vida real, destinados a lhe dar sentido. Por isso o materialismo de Marx, por exemplo, é, tal qual a religião cristã, um niilismo, pelo menos se entendermos com esse termo toda atitude que nega o real em nome do ideal, toda tentativa de melhoria do que existe em nome de um futuro melhor, de um sentido oculto, de um projeto superior.

É esse niilismo, então, o bicho-papão de Nietzsche. É o que ele quer desconstruir — e com o qual fornece o mais profundo modelo para todas as desconstruções. Por que um objetivo assim? Seria muito longo explicar aqui em detalhe e nos afastaria do nosso tema principal. Digamos simplesmente ser o niilismo aquilo que se deve, por sua vez, negar, se quisermos, partindo da lógica segundo a qual duas negações valem uma afirmação, reencontrar, enfim, o real, lamentar um pouco menos, esperar um pouco menos, para conseguir amá-lo, enfim, exatamente como ele é — o que Nietzsche denominou *l'amor fati* (ou também “a inocência

do devir”), o amor do presente, como ele se apresenta. É onde Nietzsche se aproxima de certos temas das sabedorias antigas, sobretudo do estoicismo e do budismo: a nostalgia do passado e a esperança de um futuro melhor nos afasta, segundo eles, da verdadeira sabedoria que consiste, tanto quanto possível, em se reconciliar com o que existe, vivendo, assim, na única dimensão real do tempo, isto é, o presente (já que o passado, não existindo mais, e o futuro, que ainda não existe, são apenas formas do vazio).

Mas deixemos nesse ponto essa outra vertente do pensamento nietzschiano, que já tive oportunidade de desenvolver antes. O que me interessa, no contexto de uma discussão sobre o futuro da política moderna, é notar como a crítica nietzschiana dos ídolos e do niilismo volta, queira-se ou não e mesmo que não seja esta em absoluto sua intenção subjetiva, a fazer da desconstrução uma grandiosa e insubstituível superestrutura da globalização e do cinismo que a acompanha. Pois sua rejeição do niilismo, entendido no sentido nobre e filosófico, pode permitir, mais do que qualquer outro, legitimar o niilismo, entendido no sentido mais rasteiro do termo. A desconstrução dos ídolos, segundo uma lógica que se avizinha da tautologia, leva, no final de tudo, a um mundo sem ideais, cujos processos automáticos, permanentemente gerados pela globalização, constituem as mais perfeitas ilustrações. Uma vez mais, apesar da intenção de Nietzsche e de seus discípulos “de esquerda” não ser esta evidentemente... o que de forma alguma impede a verdade objetiva dos seus efeitos.

Mesmo que as idéias não governem o mundo, elas acompanham, todavia, seu andamento de maneira significativa, e não é por acaso que encontramos, nos efeitos reais engendrados pela contestação das normas e dos ideais transcendentais,

algo perfeitamente análogo ao que se observa, em estado por assim dizer “quimicamente puro”, na vida dos conceitos abstratos. Dessa maneira, a desconstrução do niilismo por Nietzsche encontra, sob alguns aspectos, uma analogia, não só, como já sugeri, no vanguardismo estético que também pretendeu fazer tábula rasa dos “ídeos” da perspectiva, da tonalidade ou da narrativa, mas também, bem mais concretamente, nos grandes movimentos de contestação das normas sociais tradicionais que pontilhariam toda a história do século XX.

Da desconstrução do niilismo à crítica da alienação

Foi assim que um dos últimos desses movimentos, o “alegre mês de maio”, em que alguns líderes reivindicavam filiar-se a filósofos da desconfiança — o que chamei “Pensamento 68” —, encarnou na realidade uma segunda contestação das normas “burguesas” e republicanas, sobretudo nas esferas da universidade e da escola, e que teria também como efeito dessacralizar como nunca os “ideais superiores” que, bem ou mal, até então lhe davam vida. Nada mais significativo, quanto a isso, que o discurso crítico então empregado a torto e a direito contra o inimigo por excelência, rebatizado, na ocasião, de “alienação”.

De que se tratava, se pensarmos no quadro escolar e em sua ética fundadora desde a Revolução Francesa? Na tradição republicana, a criança é designada na escola, em francês, como “élève”. O termo deve ser levado a sério. Significa literalmente que a criança deve ser “elevada”, com o professor ajudando-a a alcançar as normas culturais e morais superiores que os programas deveriam definir. Essas

normas são, aliás, duplamente transcendentais: com relação, por exemplo, à realidade inicial, que é a de qualquer criança. Nós a consideramos originalmente — o que, confessemos, não está completamente errado — ao mesmo tempo inculta e, falando como Freud, “perversa polimorfa”. Pretende-se mudar isso tudo, indo na direção do melhor, do ideal — no caso: da civilização e da humanização, definidas como valores superiores à barbárie e à animalidade. É a primeira transcendência, então. Mas uma segunda vem completá-la, pois as normas em questão, da cultura escolar e da moral cívica republicanas, também são pensadas como sendo mais altas do que o indivíduo, como externas a ele. Trata-se, em outras palavras, de normas *coletivas*, para não dizer “nacionais”.

Qual é a ligação com a *alienação* e sua crítica? É bem direta. O objetivo da escola republicana clássica consiste claramente na transformação da criança, no final de um processo, em *outra*, comparando-se ao que era no ponto de partida: mais culta e mais civilizada. E o meio utilizado e valorizado é o *trabalho*, que concilia os dois momentos fundamentais da cidadania democrática. No trabalho escolar, de fato, a criança é simultaneamente ativa e passiva, livre e coagida. *Livre* pois é por sua própria atividade, por seus esforços pessoais, que aprende as lições e consegue resolver os problemas colocados no decorrer dos exercícios escolares. Mas, igualmente, *coagida* por problemas e exercícios que são como obstáculos colocados com a convicção de ser por sua superação livre que ela há de se formar, cultivar, civilizar. Qual é a ligação com a cidadania? Ela é fundamental, no cerne da idéia republicana: quando eu voto a lei (ou voto em meus representantes, ou seja, em quem vai votar na Assembléia Nacional no meu lugar), estou sendo, como na experiência escolar, ao mesmo tempo passivo e ativo, livre e coagido. Livre

no momento em que escolhi e submetto uma vez efetuada a escolha — e de tal forma isso é verdade, retomando a frase famosa de Rousseau, que a verdadeira liberdade é a obediência à lei que se estipulou para si.

Foi mais ou menos essa construção de sentido e de transcendência que a contestação de 1968 quis abolir com o requisito que se conhece e que vem se juntar, em profundidade, à crítica nietzschiana do niilismo: articulado com os ideais superiores, ele é propriamente “*alienante*”, no sentido etimológico do termo, pois procurava tornar a criança um aluno e o aluno uma pessoa que, de fato, seria, na chegada, *outra*, e não a mesma do ponto de partida. O que, porém, se pôs em seu lugar, senão a supressão das normas como tais, simbolizada, na ocasião, pelo mais do que célebre “é proibido proibir”? O que veio em seguida foi uma idéia bem diversa de educação. Não exatamente um “torne-se diferente do que você era no início”, e por meio do *trabalho escolar*, mas, inversamente: “Torne-se o que você é”, *be yourself!*, e isso por meio do *prazer*, livrando-se, tanto quanto possível, das imposições, dos “ídolos”, das transcendências e autoridades propriamente *alienantes*.

Pode-se refinar o quanto quiser o diagnóstico, completá-lo, matizá-lo, enriquecê-lo infinitamente, sem dúvida: o vanguardismo estético, a desconstrução filosófica e a contestação “societal” caminham juntos. Andam no mesmo sentido, o da liquidação do sentido, justamente, e da transcendência. *Por isso, sob a aparência externa de uma crítica radical da “sociedade de consumo” e do “capitalismo burguês”, favorecem, na realidade, sem dúvida e sem querer, com certeza sem saber, mas favorecendo assim mesmo, o advento da globalização, um processo sem sujeito que paradoxalmente realiza todas as suas aspirações: não mais o sujeito livre e consciente, mas sim um in-*

divíduo que “se diverte a explodir”; não mais o antropocentrismo em que seríamos “senhores e donos” de nós mesmos e da natureza, mas sim um mundo e uma história que nos escapam por todos os lados. Não mais valores nem sentidos transcendentais, mas sim um universo de hiperconsumismo em que tudo é reciclado na lógica da pesquisa de audiência e do mercado, tornando-se, com isso, radicalmente imanente à mobilidade permanente da história por ele dominada.

Desde então, os discípulos repetiram a mensagem e ampliaram o círculo dos iniciados. O que chamei “Pensamento 68” — digamos: o pós-estruturalismo que, de Foucault a Derrida, representou a última vanguarda filosófica — alguns anos depois de Duchamp, mas seguindo as mesmas trilhas mais ou menos abertas, se espalhou nas universidades americanas. No final, aquela corrente filosófica que preferia se ver marginal e sonhava ser uma contracultura subversiva, ameaçando a ordem sob todos os seus aspectos, acabou sendo, como a vanguarda estética e literária recolhida em seus museus, a própria imagem do novo academicismo. Nos Estados Unidos, ela acompanhou e depois legitimou e reforçou as ideologias do “politicamente correto”, a ponto de se confundir com elas no ódio generalizado pelo Ocidente. Ela está na origem do convite multiforme à autoflagelação e ao arrependimento* que se exprime com as diversas faces da reivindicação ao direito à diferença, assim como na guerra das memórias históricas, em que se disputa o primeiro lugar na hierarquia das vítimas...

No final do século XX, a desconstrução inaugurada por Nietzsche e em parte continuada por Heidegger alcançou, desse modo, com o apoio do poderoso satélite americano, a

* Ver, quanto a isto, o ensaio de Pascal Bruckner, *La tyrannie de la pénitence* (A tirania da penitência), Grasset, 2006.

posição de pensamento dominante, incriticável e, aliás, de modo geral, bem pouco criticado: perante seus representantes mais eminentes, tanto na direita quanto na esquerda, a genuflexão se tornou a norma, com ameaça de mistificação — enquanto a mensagem de fundo parou de inspirar qualquer revolta ou inovação. Assim como a vanguarda deixou de ser criativa, é fácil sentir que a repetição indefinida dos clichês antimetafísicos, anti-religiosos e anti-humanistas, qualquer que tenha sido em outro tempo a sua cota de verdade, não é em si uma meta, e já é tempo de passar para outra coisa. Para quê? É essa a questão, e seria pouco dizer que as opiniões divergem quanto à pergunta... Mas uma coisa, pelo menos, é certa: a política não vai poder evitar por muito tempo a reflexão sobre tudo o que essas reviravoltas da cultura e do pensamento contemporâneo significam para ela. Mantenho-me muito crítico com relação ao “Pensamento 68” e, de maneira mais geral, ao vanguardismo em sua fase terminal. Nunca, no entanto, agi como se não existissem, como também nunca pretendi que nada tivessem sacudido ou que bastasse voltar atrás para “tudo acomodar”. Fico surpreso, então, ao ver como, pelo contrário, nossos políticos nada captaram, ou muito pouco, dos terremotos que, no entanto, marcaram essas revoluções do pensamento e da cultura contemporâneos, assim como não apreenderam a amplitude das mudanças paralelas introduzidas por reação na sociedade civil e na esfera privada.

Já é tempo, para eles também, de perceberem a erosão radical que a desconstrução, sob todos os aspectos, impôs aos nossos ideais republicanos. Ela é comparável àquela que a arte moderna provocou em relação às formas tradicionais: assim como é impossível compor como se Schönberg não tivesse existido, ou pintar como se o cubismo e a abstração não tives-

Um século de desconstrução

sem ocorrido, não se pode prosseguir na tradição iluminista, fazer um “retorno ao humanismo”, leigo ou cristão, trazer de volta a boa república antiga, com suas notas de soberanismo “à francesa”, como se nada tivesse acontecido. Vem daí o fato de tão amiúde os discursos políticos que permanentemente se desenvolvem a partir de refrãos desgastados e nos falam da “prosperidade”, da “justiça social”, da “igualdade das oportunidades” e outras fórmulas ocas darem a sensação de nada engrenar, serem cascas vazias em que o fruto secou. Ao fim do Antigo Regime, ou seja, até 1789, essas expressões certamente estavam carregadas de sentido e de esperança: traçavam o caminho de uma verdadeira revolução, aliás realizada, em parte, hoje em dia. Mas em relação à parte, ainda impressionante, que falta cumprir, sabemos que não será abusando das palavras que conseguiremos fazer as coisas avançarem.

De modo que nossa situação é bastante desconfortável. Poderia se resumir bem simplesmente da seguinte maneira: não podemos nos manter na desconstrução indefinida, nem permanecer no bom tempo antigo dos ídolos da República nascente e das “Luzes”. Somos, por assim dizer, obrigados a retomar a caminhada, mas sem saber exatamente em qual direção. É de onde vem, creio, a angústia bem particular e às vezes arrogante que o nosso universo desencantado veicula. Angústia ainda majorada por vir acompanhada, como disse no início, por um formidável sentimento de desapropriação diante do decurso do mundo.